

PROTOCOLO DE INTENÇÕES PARA FORMAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO
INTERMUNICIPAL DE SAÚDE IGUAÇU - CISI
9ª REGIONAL DE SAÚDE DO PARANÁ

Pelo presente instrumento, firmam o Protocolo de Intenções para o estabelecimento do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE IGUAÇU - CISI, que entre si ajustam o **MUNICIPIO DE MEDIANEIRA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.206481/0001-58, com sede à Rua Argentina, n.º 1546, Centro, na cidade de Medianeira-Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **ELIAS CARRER**, brasileiro, casado, portador da CI n.º 1.344.365/PR e do CPF/MF n.º 152.797.239-91; **MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.206499/0001-50, com sede à Rua Vanio Ghellere, n.º 64, Centro, na cidade de São Miguel do Iguaçu-Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o **ELI GHELLERE**, brasileiro, casado, portador da CI n.º 1.558.390-3/PR e do CPF/MF n.º 349.633.599-87; **MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 75.425314/0001-35, com sede à Rua João XXIII, n.º 144, Centro, na cidade de Santa Terezinha de Itaipu-Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **CLÁUDIO EBERHARD**, brasileiro, casado, portador da CI n.º 4.700.117-0/PR e do CPF/MF n.º

Registro de Títulos e Documentos
e de Pessoas Jurídicas
Guany Vianjane
Oficial

Marina Vianjane Telli
Escritório Intermunicipal de Saúde
CISI - PARANÁ

490.217.709-97; **MUNICIPIO DE MATELÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.206465/0001-65, com sede à Avenida Duque de Caxias, n.º 800, Centro, na cidade de Matelândia-Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **EDSON ANTONIO PRIMOM**, brasileiro, casado, portador da CI n.º 3.202.250-2/PR e do CPF/MF n.º 488.214.979-68; **MUNICIPIO DE MISSAL**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 78.101847/0001-50, com sede à Rua Nossa Senhora da Conceição, n.º 555, Centro, na cidade de Missal-Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **PLÍNIO STUANI**, brasileiro, casado, portador da CI n.º 1.579.324/PR e do CPF/MF n.º 298.022.299-20; **MUNICIPIO DE ITAIPULÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 95.725057/0001-64, com sede à Rua São Miguel do Iguaçu, n.º 1891, Centro, na cidade de Itaipulândia-Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **VENDELINO ROYER**, brasileiro, casado, portador da CI n.º 3.238.620-2/PR e do CPF/MF n.º 492.865.109-00; **MUNICIPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 01.613052/0001-04, com sede à Avenida Independência, n.º 150, Bairro Flor da Serra, na cidade de Serranópolis do Iguaçu-Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOSÉ ARLINDO SEHN**, brasileiro, casado, portador da CI n.º 76.466-9/RS e do CPF/MF n.º 025.377.459-49; **MUNICIPIO DE RAMILÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 95.725024/0001-14, com sede à Avenida 25 de julho, 395, Centro, na cidade de Ramilândia-Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **UBALDO DE BARROS**, brasileiro, casado, portador da CI n.º 1.636.591/PR e

Registro de Títulos e Documentos
e de Pessoas Jurídicas
C/Carney Vianey
OficialMariana Vianey
Telleria
Oficial
MUNICIPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU

do CPF/MF n.º 427.690.609-10; doravante designados apenas **CONSORCIADOS**, fundamentado na Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, Portaria n.º 1.101, de 12 de junho de 2002, Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, regulamentada pelo Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Protocolo de Intenções tem como objeto estabelecer relações de cooperação federativa, de atuação conjunta, com a implementação de gestão associada de serviços públicos, para a realização de objetivos de interesse comum através do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE IGUAÇU - CISI**, com natureza jurídica de direito privado sem fins econômicos, atuando com caráter permanente, deliberativo, consultivo, executivo, técnico e fiscalizador das ações de saúde, obedecendo aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS, observando os princípios da legalidade, economicidade e publicidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E SEDE

O prazo de duração do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE IGUAÇU - CISI** é por tempo indeterminado, com sede no Município de Medianeira-Estado do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS FINALIDADES

I - Elaborar e executar programas e projetos, bem como executar a gestão associada de serviços públicos ligados à Saúde Pública e ao Sistema Único de Saúde - SUS;

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
do Poder Judiciário
Câmara Municipal de Medianeira
PR

III - Adquirir bens, os quais integrarão ao patrimônio;

IV - Ceder aos Consorciados, bem como, receber destes, através de Convênio bens e recursos humanos, para apoio técnico administrativo, nos termos do Estatuto;

V - Implementar projetos pedagógicos de política educacional, assistencial, psicossocial e de capacitação ligados à área da Saúde Pública;

VI - Viabilizar a expansão de serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, bem como a contratação de profissionais capacitados de acordo com as necessidades da demanda dos Consorciados;

VII - Representar, através de seu Presidente ou Diretor executivo, os Municípios Consorciados em questões relacionadas ao Sistema Único de Saúde - SUS, a Saúde Pública e demais assuntos de interesse comum, pertinentes ao objeto do consórcio, perante a esfera Estadual e Federal, bem como, perante outras entidades;

VIII - Viabilizar o acesso a nível regional e estadual a serviços médicos, mediante prévio encaminhamento, para atendimento fora do domicílio - TFD;

IX - Promover ações que objetivem o desenvolvimento e aperfeiçoamento de recursos humanos, viabilizando condições de acesso a cursos, seminários e encontros de aperfeiçoamento profissional.

X - emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela

prestação de serviços, mediante contrato de rateio que será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam;

XI - licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DOS BENEFICIÁRIOS

Será beneficiário dos serviços oferecidos pelo Consórcio o usuário que tenha domicílio no ente consorciado que o encaminhou.

CLÁUSULA QUINTA - DA ÁREA DE ATUAÇÃO

A área de atuação do Consórcio abrange a soma da extensão territorial dos Consorciados, pertencentes à 9ª Regional de Saúde do Estado do Paraná, composto pelos Municípios de Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Matelândia, Missal, Itaipulândia, Serranópolis do Iguaçu e Ramilândia.

PARÁGRAFO ÚNICO - Será admitido o ingresso no presente Consórcio de outros municípios, mediante aprovação dos Consorciados, nos termos do Estatuto.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros do consórcio serão advindos:

- a) Da cota de contribuição mensal dos Municípios integrantes, a ser estabelecida no CONTRATO DE RATEIO;
- b) Da remuneração dos próprios serviços;
- c) Dos recursos captados junto a fontes financeiras, através de convênios ou contratos;

10-16 Titulos e Documentos
e de Pessoas Jurídicas
e Geny Vitoriano
Oficial
Mariana Vitoriano Tetti
Exerciente Jurisdição
Município de Itaipulândia



PARÁGRAFO QUARTO - Os recursos necessários, para atender às obrigações assumidas com o CISI, advirão de dotação orçamentária própria já consignada no orçamento em curso, ou mediante a abertura de crédito adicional especial e, nos exercícios seguintes de rubrica especial aberta na mesma dotação orçamentária em favor do referido Consórcio Público.

PARÁGRAFO QUINTO - Os Consorciados farão consignar no sistema orçamentário as metas e ações referentes ao CISI, bem como, as dotações para fazer frente ao seu custeio e investimentos.

PARÁGRAFO SEXTO - Cabe ao Consórcio fornecer a cada Consorciado o relatório mensal contendo as informações necessárias referente às despesas realizadas em virtude de contrato de rateio, de forma que sejam contabilizadas nas contas do município consorciado, de acordo com os elementos econômicos, atividades ou projetos atendidos, conforme Lei n.º 101/2000 (LRF).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ATRIBUIÇÕES

Para a implementação deste protocolo, ficam os Consorciados assim acordados:

I - Os Consorciados, se propõem a:

a) Ratificar o presente Protocolo de Intenções, mediante elaboração de ANTEPROJETO DE LEI a ser enviado, ao Poder Legislativo de cada um dos municípios, que os autorize a firmar CONTRATO DE CONSÓRCIO, CONTRATO DE RATEIO e CONTRATO DE PROGRAMA com o CISI;

Assinatura do Titular e Documentos
e das Pessoas Jurídicas
Celyany Vianjane
Secretaria Municipal
Mariana Vianjane Teli
Presidente Intermunicipal
MELHORIA DA SAÚDE
PARANÁ



b) Participar juntamente com as instituições envolvidas neste Protocolo, das ações que visem o aperfeiçoamento e fortalecimento dos programas que envolvem o Sistema Único de Saúde - SUS na área territorial dos Consorciados.

II - Os Secretários Municipais de Saúde dos municípios Consorciados, se propõe a:

- a) prestar consultoria técnica ao CISI;
- b) apresentar e selecionar os projetos necessários, obedecendo a Lei Orgânica da Saúde - LOS (Lei n.º 8.080/90);
- c) executar os projetos e ações de promoção e prevenção da saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DOS EFEITOS

O presente Protocolo entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial do CISI, e surtirá efeitos a partir da sua **RATIFICAÇÃO EM CONJUNTO** por todos os seus Consorciados, mediante a edição de Lei Municipal específica, mediante Minuta a ser elaborada pelo CISI e repassada aos Consorciados, nos termos da Cláusula Sétima, inciso I, letra "a" deste Protocolo, sendo assegurado, pelos Consorciados, o cumprimento das responsabilidades aqui definidas, após sua ratificação.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Fica assegurado a cada um dos Consorciados o direito de pedir sua retirada do CISI, unilateralmente, nos termos e condições a serem previstas no Estatuto.

PARAGRAFO SEGUNDO - Fica assegurado a cada Consorciado o direito, quando adimplente com suas obrigações, de exigir o

Assinatura de Todos e Documentos
e de Pessoas Jurídicas
Cecilia Vitoriano
Secretaria Municipal de Saúde
Município de Matelândia

legais e estatutários, tendo poder deliberativo em relação ao objeto da entidade, sendo que suas deliberações vinculam a todos, mesmo que ausentes ou discordantes, ficando cada ente consorciado com o direito a 01 (um) voto.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As Assembleias Gerais Ordinárias serão convocadas pelo Presidente do CISI, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, exceto a Assembleia Geral Extraordinária, mediante envio de Edital via fax nominado.

PARÁGRAFO QUARTO - Qualquer Assembleia se instalará em primeira convocação com a presença de 2/4 dos Consorciados.

PARÁGRAFO QUINTO - Compete à Assembleia Geral:

I - Deliberar em última instância, sobre os assuntos gerais do Consórcio;

II - Aprovar o plano de atividades, programas de trabalho e propostas orçamentárias anuais e plurianuais, e o contrato de rateio elaborado pela Diretoria Executiva;

III - Definir as políticas patrimonial e financeira, aprovar programas de investimentos do Consórcio, elaborados pela Diretoria Executiva;

IV - Aprovar contratações de serviços de terceiros, termos de parcerias e convênios com órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais;

V - Aprovar o relatório anual das atividades do Consórcio elaborado pela Diretoria Executiva;

VI - Apreciar e homologar as contas do exercício anterior;

Registro de Títulos e Documentos
e de Pessoas Jurídicas
C/Joany Vianjane
Oficial

Matéria Vencida
Escritório Juizante
MÉRITO
MÉRITO



VII - Decidir sobre a extinção da Instituição e a destinação do seu patrimônio;

VIII - Decidir sobre a conveniência de alienar, transacionar ou permutar bens patrimoniais;

IX - Aprovar o Regimento Interno.

PARÁGRAFO SEXTO - A Assembléia Geral se realizará, extraordinariamente, sempre que houver razão relevante, a critério do Presidente do CISI, a pedido da Diretoria Executiva ou dos demais Conselhos, e também, para elaborar, aprovar e modificar o Estatuto do CISI.

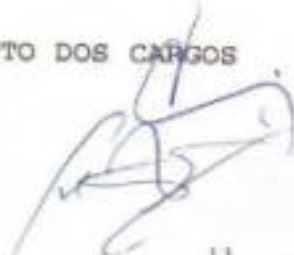
PARÁGRAFO SÉTIMO - O Conselho de Prefeitos será constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e um Tesoureiro, os quais, obrigatoriamente deverão ser Chefes do Poder Executivo do ente da Federação Consorciada.

PARÁGRAFO OITAVO - O Conselho de Prefeitos se reunirá em Assembléia Extraordinária sempre no mês de Dezembro para a eleição do Conselho Diretor do CISI, o qual deverá coincidir com o término do exercício financeiro. O mandato será de 01 (um) ano, prorrogável por igual período.

PARÁGRAFO NONO - Para a eleição do Conselho de Prefeitos os prefeitos poderão ser representados, por meio de procuração com poderes específicos, com firma reconhecida.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORMA DE PROVIMENTO DOS CARGOS PROGRAMÁTICOS

Registro de Títulos e Documentos
e de Pessoas Jurídicas
C/Geny Vitoriano
Márcia Vitoriano
Maurício Vitoriano
Maurício Vitoriano
Maurício Vitoriano



O CISI poderá contratar, mediante regime da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, por prazo indeterminado, ou ainda, os seguintes cargos:

I - Diretor Executivo - sendo requisito de preenchimento do cargo a conclusão de nível superior;

II - Consultor Jurídico - sendo requisito de preenchimento do cargo a inscrição regular na OAB-Ordem dos Advogados do Brasil;

III - Consultor Contábil - sendo requisito de preenchimento do cargo a inscrição regular no CRC-Conselho Regional de Contabilidade;

IV - Chefe de Divisão - sendo requisito de preenchimento do cargo o segundo grau completo ou tecnólogo correspondente ao serviço demandado;

V - Técnicos - sendo requisito de preenchimento de cargo o título de especialização na área de atuação;

VI - Auxiliares - sendo requisito de preenchimento do cargo o segundo grau completo ou tecnólogo;


VII - Serviços Gerais - sendo requisito de preenchimento do cargo o primeiro grau completo.


CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

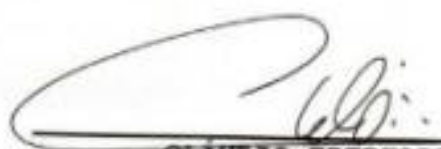
foi eleito o foro da Comarca de Medianeira-Estado do Paraná, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões decorrentes do presente Protocolo.

E por se acharem justos e acordados,
firmam o presente instrumento em 08 (oito) vias de igual teor
e forma.


Medianeira, 18 de Outubro de 2007.



ELIAS CARRER
MUNICIPIO DE MEDIANEIRA



ELI GHELLERE
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU



CLÁUDIO EBERHARD
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU


EDSON ANTONIO PRIMOM
MUNICIPIO DE MATELÂNDIA


PLÍNIO STUANI
MUNICIPIO DE MISSAL


VENDELINO ROYER
MUNICIPIO DE ITAIPULÂNDIA


JOSÉ ARLINDO SEHN
MUNICIPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU


UBALDO DE BARROS
MUNICIPIO DE RAMILÂNDIA

Registro de Títulos e Documentos
e de Pessoas Jurídicas

Geany Vanijane
Oficial

Marina Vanijane Fete
Escritura Juramentada

ME 100.95-30-3203A

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Geany Vanijane
Oficial

MEDIANEIRA - PARANÁ

PROTOCOLO 33301

DO LIVRO A 05

MEDIANEIRA 05

OFICIAL